



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18070 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM PASSADO PRESENTE NA REALIDADE MARANHENSE.**

Elizangela Duarte Gomes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM PASSADO PRESENTE NA REALIDADE MARANHENSE.**

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade específica no contexto da realidade escolar e que as formas, os objetivos e os tempos escolares são distintos das demais modalidades existentes, o trabalho intitulado de Formação continuada e educação de jovens e adultos: um passado presente na realidade maranhense buscou analisar o processo da formação continuada ofertada aos docentes da EJA do Centro de Ensino Cidade de São Luís, no Município de São Luís/Ma. O percurso metodológico desta investigação dar-se-á pelo viés de que o conhecimento se estrutura em uma realidade concreta e dinâmica. E para compreender o movimento histórico em que o conhecimento científico se constrói a deu-se voz aos sujeitos (professores, coordenadores pedagógicos e diretores). Isto é, colocar em evidência a visão desses sujeitos sobre a formação dos professores da EJA.

**Palavras-chave:** Formação continuada; professores e educação de jovens e adultos.

## INTRODUÇÃO

A Formação continuada é um elemento essencial no desenvolvimento profissional dos educadores, destacando-se como um dos pilares para a melhoria contínua da qualidade da educação. Em um mundo em constante transformação, marcado por avanços tecnológicos, mudanças sociais e novas demandas educacionais, a necessidade de atualização e aperfeiçoamento permanente, dos professores é imperativa. A formação inicial, embora

fundamental, não é suficiente para garantir que os educadores estejam preparados para lidar com os desafios emergentes no ambiente escolar.

Este estudo teve como ponto de partida a necessidade de se compreender o desenvolvimento do processo de formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos, visto que esta educação em geral é ofertada pelo poder público e se destina às pessoas que fazem parte das camadas sociais mais desprovidas de capital econômico, cultural e social.

A relevância do nosso trabalho se dá a partir da compreensão de que o acesso à educação de qualidade social é um direito assegurado pela Constituição brasileira de 1988, disposto em seu Artigo 206, “educação para todos em qualquer idade”. A oferta de uma educação de qualidade social, indubitavelmente passa pela formação dos professores, em especial pela formação continuada.

## **METODOLOGIA**

O trabalho é um recorte do nosso trabalho de dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão Programa, em que pesquisamos a formação continuada dos professores da educação de Jovens e Adultos de uma Escola Estadual do Ensino Médio situada na capital do nosso Estado.

Para esse estudo recortamos um dos objetivos específicos da pesquisa, que se refere sobre a análise da visão dos professores a respeito da formação continuada na escola pesquisada. Para esta investigação nos apoiamos em autores como Arroyo(2006), Carvalho (2017), Freitas(2002), Haddad(2007), Libânio (2013), dentre outros.

Como instrumental de pesquisa utilizamos a entrevista aberta realizada com seis professores.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

O processo educacional no Brasil é demarcado por avanços e retrocessos, políticos, sociais e econômicos. E pelas reformas educativas implementadas, que sempre estão vinculadas às necessidades do momento histórico vivido. No que se refere a Educação de Jovens e Adultos e formação continuada de professores esses elementos citados são mais acentuados, isto porque as pessoas que a frequentam fazem parte dos estratos sociais mais baixos, são analfabetas ou possuem trajetória escolar descontínua. Isso apesar da Constituição Federal de 1988, assegurar em seu artigo **205**, que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A lei garante, mas o Estado dilui as obrigações.

Nesse bojo a formação continuada para os docentes é uma discussão fluída e por vezes densa, porque como a educação é um fenômeno afetado pelo contexto conjuntural de cada momento, contextos esses como o econômico, social e político, a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos, se configura também dentro dessa discussão.

Portanto, a formação continuada em serviço, de modo a construir os instrumentos teóricos e metodológicos que possibilitem um aprofundamento das especificidades da Educação de Jovens e Adultos, constitui-se como um grande desafio, pois compreendemos que qualidade do trabalho do educador precisa estar diretamente relacionada com a sua inserção em uma proposta de formação profissional continuada.

É nesta perspectiva que se insere a importância de ações formativas continuadas em serviço destinadas ao professor da Educação de Jovens e Adultos. visando afinar as propostas educativas aos contextos socioculturais de jovens e adultos, sob pena de estarmos contribuindo para a ratificar as exclusões pelas quais já passaram os educandos.

O Maranhão, assim como os outros estados do país também sofre com a problemática do analfabetismo e a descontinuidade de escolarização das pessoas, bem como com os problemas que advém delas. De forma concreta podemos citar que, muitos municípios do Estado estão deixando de oferecer a Educação de Jovens e Adultos, além disso, existem aqueles que não deixaram de ofertar, mas, que concentram grande número de evasão, isso nos encaminha a refletir sobre os motivos que tanto afastam os alunos da escola.

Atualmente no Maranhão, a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e adultos é tratada nos documentos oficiais como prioridade. O Plano Estadual de Educação (2014) diz que a Educação de Jovens e Adultos é prioridade absoluta e indica que para que cada aluno tenha aproveitamento satisfatório com a aprendizagem os conteúdos devem ser trabalhados dentro da realidade social, a fim de que cada um adquira domínios instrumental e teórico necessários para a vivência social na qualidade de sujeito. Assim, o alunado terá a oportunidade de exercer o direito de participar nas lutas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Contudo, nossa pesquisa não pretende alcançar as discussões das últimas reformas educativas, centramos na formação continuada dos professores considerando os documentos legais do estado do maranhão, que estão alinhados com os documentos nacionais, contudo, não podemos deixar de mencionar as últimas reformas, bem como toda a trajetória da formação de professores no Brasil, que de certa forma influenciou o contexto maranhense, inferimos junto aos professores sujeitos da pesquisa sobre suas visões acerca da formação continuada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA**

A instituição pesquisada foi fundada no ano de 1972, e situa-se no bairro da Cohab Anil I, em São Luís, Estado do Maranhão. Atualmente, comporta o número de 1.497 alunos distribuídos nos três turnos, deste 263 são do noturno, alunos da Educação de Jovens e Adultos, cursando as etapas I e II, que se desenvolvem em dois anos, com proposta curricular que corresponde aos três anos do Ensino Médio Regular.

Nos últimos anos vem diminuindo a quantidade de salas, principalmente no período noturno, hoje a escola atende 10 salas no período noturno com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, dispõe de 22 professores que trabalham também no Ensino Médio Regular.

Deste número de professores pesquisamos 6, três do sexo masculino e três do sexo feminino, com a variação de idade entre 30 a 60 anos, todos possuem graduação e especialização na área de formação inicial, dentre estes um, o professor de biologia é mestre. Não identificamos em suas formações curso para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos, mas, notamos que possuem experiência profissional com este público.

Importa dizer, que todos os professores pesquisados possuem mais de 15 anos de experiência de trabalho na Rede de Ensino Estadual, e aproximadamente 10 anos na escola lócus da pesquisa e na modalidade estudada. Daí podemos inferir que a pesquisa se centra nos sujeitos professores com mais experiência.

Na tentativa de saber a visão dos professores sobre a formação continuada inquerimos sobre duas questões que se vinculam diretamente com a pergunta desse recorte de pesquisa, a saber:

- a. a frequência da realização da formação continuada;

uma importante questão inicialmente levantada aos professores entrevistados foi sobre a trajetória formativa deles, em especial a formação continuada e a frequência em que a formação acontece. Também se a formação continuada é oferecida pela rede estadual de ensino ou se acontece no ambiente de trabalho.

Pelo que se pode verificar nos relatos obtidos, esses caminhos são diversos, demonstrando uma busca individual pela formação continuada específica na área de formação inicial, nos relatos não foi identificado busca pela formação continuada para trabalhar com a modalidade EJA.

O que foi identificado nos relatos é que a frequência da oferta de formação continuada pela rede estadual varia entre uma (1) ou duas (2) ao ano, em forma de palestras dialogas e explicativas. Também que a formação na maioria das vezes é para explicar como usar o material didático, e que o professor participante da formação, tem que reproduzir a palestra em seu ambiente de trabalho, para que os demais professores possam reproduzir o material didático com seus alunos.

O professor A, diz:

*Recordo que a rede estadual de ensino oferece formação continuada por ano, As vezes temos que reproduzir as palestras em nosso ambiente de trabalho. Eu particularmente, acho que não é formação, mas um treino para o usar o material didático adotado.*

O professor D, diz:

*Dentro do período letivo, em períodos determinados para toda rede. Sendo utilizados multiplicadores dentro das escolas, onde as formações são dadas.*

O professor F, diz:

*Quando se tem formação continuada é na escola na semana pedagógica.*

As falas mostram o entendimento dos professores sobre a frequência das formações e como são feitas. Ou seja, foge-se de uma abordagem baseada na prática pedagógica em sua essência, já que predominam “ações mecânicas e repetitivas, necessárias ao desenvolvimento do trabalho” (CALDEIRA E ZAIDAN, 2013, p. 22).

b. as implicações da formação continuada na sua prática pedagógica.

Outro aspecto que merece destaque foram as implicações da formação continuada na prática de cada um. E verificou-se que todos os seis (6) professores pesquisados acreditam que a formação continuada é fundamental para a prática pedagógica ser melhor, e que caso acontecesse de forma mais direcionada para cada modalidade de ensino, seria mais positiva.

O professor A, diz:

*Sim, a formação continuada é importante, porque através dela ficamos inteirados do que é preciso pôr em prática nessa modalidade de ensino. Na verdade, acredito que a EJA é uma modalidade diferente, ela merece uma receitinha, pois os alunos já sabem muita coisa, as vezes vem a escola em busca do título.*

O professor D, diz:

*Sim, a formação continuada nos permite trabalhar com mais consciência. É preciso sempre atualizar, reciclar, trocar ideias, aprendizagens e experiências exitosas.*

Pode se observar que os docentes que trabalham com a EJA acreditam que é uma modalidade de muitas características próprias e que necessitam de uma reflexão mais específica.

É na modalidade da EJA que a formação continuada precisa ter fundamentos ainda mais críticos, considerando as disparidades sociais já bastante contextualizadas ao longo desta pesquisa, bem como da experiência de vida que tal público tem e deseja conectar com seu objeto de aprendizagem.

Freitas, assevera que a

A formação continua consiste num processo privilegiado de interface das instituições formadoras com o profissional em exercício, permitindo o tratamento dos aspectos teóricos e epistemológicos da formação em articulação com seus problemas concretos, valorizando os processos de construção de conhecimento construídos no trabalho docente, pelo envolvimento com a investigação e a pesquisa no campo da educação e sua área específica. (9 2002, p.112).

Na esteira desta lógica procuramos ouvir os sujeitos da pesquisa sobre a frequência da realização da formação continuadas, bem como as implicações desta em suas práticas pedagógicas, isto porque entendemos que a partir do quantitativo de formações poderíamos inferir sobretudo em sua qualidade, bem como o alinhamento com as orientações dos documentos Estaduais. Ademais, na perspectiva de melhor captar o fenômeno estudado, nos assentamos em uma visão crítica da realidade pois entendemos que as coisas e os fenômenos não se apresentam a nós como são, mas, sim como aparentam, então para captar a sua essência, precisamos indagar e descrever a coisa em si manifestada, bem como o que nela se esconde (Kosik, 1976).

Inicialmente identificamos que os docentes conhecem a importância da formação continuada, pois como já mencionado os mesmos ministram aulas na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Médio regular, o que requer planejamento e estratégias de trabalho diferenciada, principalmente no que tange a especificidade da Educação de Jovens e Adultos, pois por contemplar pessoas de faixa etária diferenciada, requer modelos didáticos que integrem além da valorização dos conhecimentos e experiências que os educandos trazem para sala de aula, como anuncia a proposta curricular de Educação de Jovens e Adultos do Maranhão (2007) e o Plano Estadual de Educação (2014), requer alinhamento metodológico que considere a interação entre as gerações, pois as salas comportam alunos que vão entre as faixas etárias de 17 à 50 anos.

Identificamos que as formações continuadas realizadas na escola e na rede de ensino se desenvolvem de forma pontual sempre no início do ano, no momento da Semana Pedagógica, ou duas vezes ao ano em espaços externos a escola, ofertada pela SEDUC. No entanto, estas formações são direcionadas sobretudo para a educação regular, daí podemos apontar vários elementos que concorrem para a negação do direito a educação aos alunos da educação de Jovens e adultos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa buscou conhecer a visão dos professores sobre a formação continuada dos docentes da Educação de Jovens e Adultos, a fim de identificar a frequência em que a formação continuada é ofertada e as implicações da formação continuada na prática pedagógica.

Nesse sentido, destacamos neste trabalho os antecedentes históricos da formação docente no Brasil e seus desdobramentos no Maranhão, cujo legado se reflete na ausência de projetos permanentes de formação de professores, e de modo especial, para os docentes da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que o Maranhão detém um dos maiores índices de pessoas excluídas do mundo letrado. Situação que precisa ser reconhecida e enfrentada por representar uma forma de genocídio existencial e político que impede a expansão de desenvolvimento social, econômico e político.

De igual modo, a Formação Continuada de Professores ocupa espaço importante no bojo das orientações normativas para a educação. No entanto, a materialização das propostas passam ao largo das realidades das instituições educativas, tanto do “ensino regular” quanto da EJA, como constatado na escola pesquisada.

Por oportuno, ressalta-se que não há, no estado do Maranhão, um centro de formação continuada para os trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos. Nesta pesquisa, constatou-se que as formações continuadas são direcionadas para os professores do ensino regular, o mesmo não acontecendo para a EJA, o que acontece é uma adaptação engendrada pelos professores, uma vez que a maioria deles trabalha no ensino regular e completam a carga horária na EJA.

Assim, a EJA se posiciona em lugar periférico na configuração do Centro de Ensino Cidade de São Luís, apesar de se perceber os esforços da Gestão da escola no sentido de oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino por meio da acolhida e do apoio aos discentes e docentes. Mas também foram identificadas questões que ultrapassam os limites da escola e decorrem das formas como foram e ainda são concebidas a organização do ensino ofertado às pessoas jovens e adultas que não tiveram a oportunidade do acesso e da permanência na escola no tempo adequado.

Em face dessa posição, a formação de professores não figura como prioridade para se pensar em um ensino que atenda as reais necessidades dos sujeitos que buscam essa modalidade. Percebeu-se que a formação inicial dos(as) docentes entrevistados(as) é bem diversificada, a maioria possui pós-graduação *lato sensu*, mas nenhuma voltada para a EJA. Os relatos evidenciaram angústias e até questionamentos quanto às suas práticas em sala de aula, por reconhecerem as especificidades do público da EJA.

A falta de formação continuada foi um ponto comum a todos, tanto que alguns afirmaram que a formação acontecia por meio de semana pedagógica, geralmente no início do ano letivo, com reuniões e discussões, mas outros não reconheciam esses momentos como formação e chegaram a afirmar que o Estado (SEDUC) há muito tempo não ofertava formação continuada.

Dessa forma, ressalta-se a importância da formação continuada para os professores da EJA, sobretudo no atual contexto com as constantes ameaças à garantia de direitos legalmente conquistados e já respaldados em documentos como a Constituição Federal de 1988 e demais

instrumentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96, como forma de desenvolver práticas educativas voltadas para a justiça social e a emancipação humana em todas as suas dimensões.

Pois a consciência de ser professor e a busca em ampliar a formação a fim de atender os sujeitos da EJA é uma forma de resistência e exige compreensão sobre o contexto histórico e social que demanda um compromisso ético e social com a diversidade dos sujeitos que a EJA abarca. Arroyo (2006) recorda que ser professor da EJA é ter consciência que essa modalidade de educação demanda outros direitos, direitos humanos, direitos históricos e sociais datados e reais.

Essa constatação revela que, possivelmente, há necessidade de reformulação curricular dos cursos de licenciatura no que se refere à ampliação de ofertas de disciplinas voltadas para a EJA.

Na esperança de que esta pesquisa possa favorecer novas pesquisas, deseja-se que a rede estadual de educação, mantenedora do Centro de Ensino Cidade de São Luís e de demais instituições de ensino, nos 217 (duzentos e dezessete) municípios maranhenses, assegure condições concretas com vistas à melhoria da educação, especialmente, a Educação de Jovens e Adultos, de forma refletida através de redes de responsabilização pedagógicas, políticas e financeiras, oportunizando uma educação de qualidade capaz de garantir a emancipação humana dos alunos e alunas da EJA.

## REFERÊNCIAS

ANFOPE, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Documento Final. *In: ENCONTRO NACIONAL*, 9., Campinas, 1998.

ARROYO. **A nova configuração da EJA e seus impactos na formação dos educadores de jovens e adultos**. Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens E Adultos, 1, [conferência], 22 maio 2006, Belo Horizonte.

BRASIL. **Constituição Federal de 5 de outubro de 1988**. 35. ed. Brasília (DF): Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília (DF): Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; ZAIDAN, Samira. Práxis pedagógica: um desafio cotidiano. **Paideia – Revista do curso de Pedagogia da Universidade FUMEC**, ano 10, n. 14, p. 15-32, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/2374>. Acesso em: 12 out. 2021.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010): incongruências do financiamento insuficiente**. 2011. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Estabelece normas para a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão. Resolução nº 144, de 6 de julho de 2006. **Lex:** Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Maranhão, 2006.

FIORENTINI, Dario; COSTA, Gilvan Luiz Machado. Enfoques da formação docente e imagens associadas de professor de matemática. **Revista Contrapontos**. Ano 2, n. 6. P. 423-437. Itajaí, set.dez. 2002.

Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/178/150> Acesso em outubro de 2021.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

HADDAD, Sérgio (Coord.). **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.